

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Dados constam na planilha encaminhada à Justiça

46,9% dos ônibus estão no “limite” para operação

Depois do pedido de homologação da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) à Justiça para reajustar o valor da tarifa de ônibus para R\$5,90, o Correio Petropolitano teve acesso à planilha encaminhada. Segundo os dados apresentados, atualmente são 307 coletivos em operação em Petrópolis e desses, 135 são coletivos que já estão no limite máximo da operação, segundo

a determinação da própria companhia. A medida estipula 8 anos para operação dos micro-ônibus desde a sua fabricação, e 11 anos para os coletivos convencionais. Os índices juntos, são equivalentes a 46,9% de toda a frota. Mediante ao possível reajuste no próximo dia 22, fica a pergunta: será que as empresas vão substituir todos os coletivos que ultrapassarão o limite no ano que vem?

Petrópolis na Encomex

O Encontro do Comércio Exterior (Encomex) 2025, realizado na sede do Sebrae, no centro do Rio, contou com um representante de Petrópolis. O vereador Thiago Damasceno prestigiou o evento, que debateu os desafios do setor em meio ao tarifaço de 50% imposto ao Brasil pelo pre-

sidente Donald Trump. O evento foi promovido pela Câmara de Comércio, Indústrias e Serviços do Brasil (CISBRA) e pela Câmara de Comércio e Indústria do Estado do Rio (Caerj), e foi apresentado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).



Sessão parlamentar durou mais de dez horas

Oposição critica PLs encaminhados pelo município

Nesta quarta-feira último dia de sessão antes do recesso parlamentar, a Prefeitura de Petrópolis encaminhou quatro projetos de lei para o legislativo, em regime de urgência. Os PLs previam a criação do Plano de amortização do Déficit Atuarial do Regime Previdenciário, a criação do Regime Municipal de Recuperação Previdenciária, a

Reorganização da Administração Pública, e por fim a criação do Plano de Cobertura da Insuficiência Financeira do Plano Financeiro Decorrente da Segregação de Massas do Regime Próprio de Previdência Municipal. Resultado: a sessão parlamentar terminou às 02h00 desta quinta-feira (17), o que gerou muitas críticas da oposição.

Rua Agente Moço

A mobilidade urbana de Itaipava deu um passo importante com a confirmação da retomada das obras de pavimentação e alargamento da Rua Joaquim Agente Moço, no terceiro distrito de Petrópolis, com recursos da Caixa Econômica Federal por meio de um convênio com

a Prefeitura. Ao mesmo tempo, a UNITA entregou ao deputado federal Hugo Leal um pacote de projetos técnicos que propõem soluções estruturais para os principais gargalos viários da região e que devem ser encaminhados à nova concessionária da BR-040, assim como a ANTT.

Aluguel atrasado há 11 meses

O proprietário do imóvel, localizado na Rua Dom Pedro I, nº564, alugado pela Prefeitura de Petrópolis, entrou com uma ação na 4ª Vara Cível pedindo o despejo por falta de pagamento e a cobrança dos aluguéis. Segundo a petição inicial, o aluguel no valor de R\$ 7.103,80 por

mês, está atrasado desde setembro de 2024. No documento, levando em consideração a multa de 10% de atraso e mais 1% de juros de mora, o município deve ao todo R\$ 90.054,88. Questionada pela coluna, a prefeitura informou que ainda não foi notificada sobre o processo.

Prefeitura envia pacote de projetos ao legislativo

Por Gabriel Rattes e Richard Stoltzenburg

Na última sessão plenária antes do recesso da Câmara Municipal de Petrópolis, realizada nesta quarta-feira (17), quatro projetos de lei foram encaminhados pela Prefeitura em Regime de Urgência. As propostas chegaram à Casa Legislativa minutos antes do início da sessão e causaram polêmica ao extinguir cargos de pastas voltadas para públicos vulneráveis e tratar de temas complexos como previdência e reorganização administrativa. Após mais de nove horas de sessão, os quatro projetos foram aprovados pelo legislativo. Somados, eles possuem 166 páginas.

O projeto mais controverso foi o que altera a estrutura administrativa do Poder Executivo, criando a Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Interesse Social e extinguindo cargos das secretarias de Segurança, Serviços e Ordem Pública (SSSOP) e de Direitos e Políticas das Mulheres. O texto também funde a pasta da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Doenças Raras com a Secretaria de Esportes. De acordo com o documento, as secretarias continuam existindo, mas com adequações internas. Já a Secretaria de Trabalho e Economia Solidária, criada em 2023, foi extinta integralmente.

Prefeitura justifica reorganização

Em sua justificativa, dentro do documento enviado à Câmara, a Prefeitura afirma que a proposta busca “promover alterações pontuais e estruturais” com foco na modernização da máquina pública. A nova secretaria de Habitação, segundo o governo municipal, surge da urgência em dar protagonismo e efetividade às políticas públicas de moradia digna, regularização fundiária, articulação de programas habitacionais e gestão de benefícios sociais.

Sobre as outras secretarias, a Prefeitura afirma que a fusão da Secretaria da Pessoa com Deficiência com a de Esportes, e a incorporação da Secretaria da Mulher à nova Secretaria de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, permitirá redução de cargos e a resolução de problemas funcionais no CRAM, como o uso de contratos RPA para psicólogas e assistentes sociais.

A justificativa jurídica do Executivo se baseia na Lei Orgânica do Município, destacando os artigos 16 e 17, que garantem ao poder municipal competência para definir sua própria estrutura administrativa e organizar programas de desenvolvimento urbano, como habitação e saneamento.

Previdência em pauta

Além da reestruturação administrativa, outros três projetos tratam de mudanças no regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais. Em entrevista exclusiva ao Correio Petropolitano no início do mês, o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Petrópolis (Inpas), Alex Christ, afirmou que o Instituto acumula um rombo histórico de R\$ 4,5 bilhões, gerado por gestões anteriores, e estima-se que serão necessários pelo menos 30 anos para começar a equilibrar as contas.

Um dos projetos aprovados cria o Regime Municipal de Recuperação Previdenciária (RMRP), com o objetivo de garantir o equilíbrio financeiro

Propostas foram entregues de última hora e tratam de temas complexos

Leandra Lima/CM



Outro projeto amplamente criticado foi o reajuste de 3% aos servidores

e atuarial do Inpas. O plano detalhado do RMRP será apresentado em até 180 dias, contendo metas, cronograma e estimativa de impacto financeiro. Algumas das medidas são:

- Ações escalonadas para reduzir o déficit da previdência municipal;
- Revisão nas regras de concessão de benefícios, com projeto de lei complementar futuro;
- Compensações previdenciárias junto ao INSS;
- Exploração de novas fontes de receita;
- Criação de comitê gestor, com participação da Secretaria de Fazenda, Inpas, Controladoria, Procuradoria, além de representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Outro projeto institui o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, que prevê aportes periódicos da Prefeitura ao Inpas até 2060 (35 anos). Esses valores são definidos com base em um estudo atuarial, conforme exigido pela legislação federal.

Também foi aprovado o Plano de Cobertura da Insuficiência Financeira, obriga a Secretaria de Educação a realizar aportes equivalentes a 77,44% da contribuição dos professores, como forma de cobrir a insuficiência do plano financeiro do Inpas provocada pela segregação de massas no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa medida será reavaliada anualmente por meio de estudo atuarial e tem um prazo de vigência de 75 anos, ou até que seja constatado, por meio do estudo, o reequilíbrio integral do Plano Financeiro.

Educação: Prefeitura poderá nomear aprovados em concurso

Por fim, a Câmara Municipal também aprovou um projeto que altera as leis municipais nº 6.260/2005 e nº 6.907/2011, ampliando o número de cargos efetivos na Secretaria de Educação. A medida viabiliza a nomeação dos aprovados no concurso público de 2022, homologado em dezembro de 2024.

Segundo a Prefeitura, a proposta não cria novas funções, mas ajusta o número de vagas para secretário escolar, educador da Educação Infantil e professor de Educação Básica, de acordo com a demanda atual da rede.

Votação acelerada gera críticas

Todos os projetos foram protocolados pela Prefeitura apenas minutos antes da sessão começar, o que dificultou a análise mais aprofundada por parte dos vereadores e da sociedade

civil. A aprovação relâmpago, em uma sessão longa e marcada por tensão, foi criticada por parlamentares que pediram mais tempo para discussão.

“O que aconteceu aqui hoje foi um verdadeiro absurdo, porque o Executivo colocou seis projetos que impactam o funcionamento público por completo e foram votados em regime de urgência”, declarou a vereadora Júlia Casamasso (PSOL).

“Mas isso tudo só faz a nossa energia aumentar, porque se precisar ficar aqui até 12h30 da manhã debatendo, matéria por matéria, discutindo e defendendo o nosso ponto de vista, nós vamos ficar”, completou a parlamentar.

O que muda com os projetos aprovados:

- Criação do Regime Municipal de Recuperação Previdenciária (RMRP);
- Adoção do Plano de Amortização do Déficit Atuarial do INPAS (35 anos de aportes);
- Implementação do Plano de Cobertura da Insuficiência Financeira (repasso de 77,44% da contribuição dos professores);
- Criação da Secretaria de Habitação e reorganização de secretarias existentes;
- Extinção da Secretaria de Trabalho e Economia Solidária;
- Reestruturação da Secretaria de Educação para nomeação de aprovados no concurso.

A reportagem solicitou posicionamento da Prefeitura sobre o envio dos projetos com prazo curto para análise legislativa. Até o momento da publicação, não houve resposta.

Reajuste de 3% também gerou polêmica

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, nesta quarta-feira (16), o reajuste salarial de 3% para os servidores municipais ainda neste ano e de 5% a partir de 2026. A decisão ocorreu em meio a protestos da categoria e a críticas de parlamentares da oposição, que alegam que o valor não cobre as perdas acumuladas pela inflação.

Durante a votação, a Prefeitura decretou estado de Calamidade Financeira e anunciou medidas de contenção de gastos, como a suspensão do aumento de 70% nos salários do prefeito, vice-prefeito e secretários — aprovada anteriormente e alvo de forte contestação pública.

Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe), a categoria reivindicava um reajuste de 20%, correspondente às perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos. “Nessas reu-

niões afirmamos nosso posicionamento que foi de 20%, cálculo das perdas salariais inflacionárias, utilizando o mesmo período de tempo que foi usado para o cálculo da reposição dos 70% dado ao Executivo”, explicou a presidente do Sepe, Rose Silveira.

Além do reajuste geral, o Sepe também solicitou a valorização salarial das educadoras da educação infantil, o correto enquadramento das secretárias escolares, a liberação de progressões por formação e tempo de serviço (com a fila sendo zerada até dezembro de 2025), e a implementação de gratificação por difícil acesso aos servidores da Escola Municipal José Avelino de Carvalho, no Brejal — o que ficou acertado para janeiro de 2026.

Durante a sessão, o vereador Dudu (União) defendeu o governo municipal e argumentou que a atual gestão herdou um cenário de dificuldades. “Nós temos que viver o passado, o presente e o futuro. Tem um governo que pode errar e é humano, mas o importante é reconhecer o erro. Quando a cidade foi entregue para o Governo, vocês – servidores presentes na sessão – passaram pelo lixo. O Governo é de diálogo, para cuidar do servidor e sou a favor do aumento. Mas a gente pegou a cidade com um cenário ainda pior do que imaginávamos. O Procurador alegou penúria financeira. Nós estamos saindo daqui de zero reajuste para 3%, mais 5%, e se vier o ICMS para Petrópolis, tem que aumentar mais. É importante garantir o salário de vocês em dia e com responsabilidade”, disse.

Outro ponto destacado foi a revogação do Decreto 555 de 2023, que extinguiu 1.323 cargos vagos no município, sendo 931 apenas da Secretaria de Educação. O texto também proibia novos concursos e previa que qualquer reposição de servidores só seria possível por meio de licitação — mecanismo considerado inadequado para contratações públicas de pessoal.

A revogação foi comemorada pelo Sepe. “A revogação do Decreto 555 significa o fortalecimento do serviço público da educação, com trabalhadores e trabalhadoras concursados, respeitando suas carreiras públicas e seus direitos trabalhistas. Significa, de fato, termos uma educação pública com a qualidade que a população necessita”, afirmou Rose Silveira.

O vereador Léo França (PSB) chegou a propor uma emenda para que o reajuste fosse de 6%, mas a sugestão foi rejeitada por 12 dos 15 parlamentares. Ainda assim, a aprovação do reajuste de 3% foi unânime.